

CUIABÁ, 14 DE MAIO DE 2020

1. NOTÍCIAS – NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

CNJ e CNMP cobram uso correto do Funpen para conter pandemia do novo coronavírus

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) se uniram para cobrar o Executivo Federal sobre a correta destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para conter o avanço do novo coronavírus no sistema prisional. O tema foi tratado em [nota técnica conjunta assinada na terça-feira \(28/4\)](#). A emissão de notas técnicas pelo CNJ sobre aplicação do Funpen é prevista em acordo de cooperação firmado em 2016 com o Ministério da Justiça, institucionalizada depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que as prisões brasileiras operam em um estado de coisas inconstitucional. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Nota Técnica CNJ/CNMP nº 1/2020](#)

Novo coronavírus: CNJ emite orientações sobre alternativas penais

O Conselho Nacional de Justiça publicou orientações técnicas aos Tribunais de Justiça e aos governos estaduais sobre as alternativas penais no contexto da Covid-19. O documento aponta caminhos para a redução da contaminação em massa nos presídios por meio de alternativas ao encarceramento. Além de alinhado à [Recomendação CNJ nº 62/2020](#), o documento leva em consideração os procedimentos já aplicados pelas Cortes nas unidades da Federação, buscando, assim, a uniformização da resposta do Judiciário. As orientações são voltadas aos magistrados e aos serviços de acompanhamento de alternativas penais e de atendimento à pessoa custodiada. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Orientação Sobre Alternativas Penais no âmbito das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus \(Covid-19\)](#)

CNJ, ONU e tribunais discutem Covid-19 e privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, em parceria com agências da Organização das Nações Unidas (ONU), uma série de reuniões virtuais com magistrados da área carcerária e do sistema socioeducativo do Judiciário. Os representantes dos tribunais discutem ações coordenadas para um posicionamento efetivo e uniforme do Judiciário diante do desafio do novo coronavírus para o sistema prisional e socioeducativo. Nas últimas semanas, houve uma escalada de casos registrados – de 1 a 107 em 20 dias, com sete mortes – sendo que apenas 0,1% da população carcerária foi testada para o vírus. O sistema socioeducativo não tem informações sistematizadas em escala nacional, mas relatos apontam o avanço do vírus. A primeira reunião ocorre nesta segunda-feira (4/5). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Conselho de Política Criminal retoma votação sobre uso de contêineres para presos com covid-19

Nesta terça-feira, 5, o CNPC - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária irá retomar votação para decidir se presos com covid-19 ou pertencente do grupo de risco podem ser alojados em containers. A medida foi encaminhada ao conselho pelo Depen - Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, propondo que fosse analisada a possibilidade de permitir a utilização de estruturas modulares temporárias, como contêineres utilizados no

setor da construção civil, para separar presos em flagrante de outros detentos durante a pandemia. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Coronavírus: Visitas virtuais amenizam impacto de fechamento de presídios

Com a pandemia do novo coronavírus, as cerca de 1 milhão de visitas registradas mensais a detentos foram proibidas nos presídios. E, para suavizar o impacto do fechamento total das prisões, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a organização sem fins lucrativos Instituto Humanitas 360 realizam a consolidação de visitas sociais virtuais. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ atua para enfrentar Covid-19 na entrada do sistema carcerário

Com a suspensão das audiências de custódia como forma de prevenção à propagação do novo coronavírus, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha em alternativas para o acompanhamento da situação de novas prisões efetuadas, garantindo a saúde dos profissionais de justiça criminal e das pessoas sob custódia. Uma das medidas é o lançamento de um formulário online para preenchimento pelo Judiciário após a análise dos Autos de Prisão em Flagrante (APF) pelos magistrados. O formulário fornecerá dados quinzenais sobre os efeitos e impactos da pandemia sobre o sistema de justiça criminal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Formulário de identificação de fatores de risco para a Covid-19 pela Autoridade Policial](#)

STJ - Negado pedido da OAB para colocar presos do semiaberto em prisão domiciliar no ES

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz indeferiu habeas corpus coletivo impetrado pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Espírito Santo para que fossem colocadas em prisão domiciliar todas as pessoas que estivessem cumprindo de pena em regime semiaberto e se enquadrassem no grupo de risco do novo coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Empresário chinês suspeito de desviar testes da Covid-19 continuará preso

O ministro João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu pedido de habeas corpus em favor de um empresário chinês preso em flagrante durante operação da Polícia Civil de São Paulo que identificou o desvio de aproximadamente 15.000 testes para o novo coronavírus (Covid-19). A carga foi avaliada em R\$ 80 mil. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Comissão da OAB-SP pede que juízes acompanhem quadro de saúde dos presos

A Comissão de Política Criminal e Penitenciária (CPCP) da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São Paulo, protocolou na tarde desta quarta-feira (6/5) pedido para que os magistrados possam acessar livremente dados referentes ao quadro de saúde das pessoas presas no estado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a petição [aqui](#).

TJ-CE demora a julgar casos de presos com comorbidades, diz Defensoria no CNJ

A Defensoria Pública do Ceará foi ao Conselho Nacional de Justiça reclamar que o Tribunal de Justiça do estado tem demorado cerca de um mês para apreciar casos de presos com comorbidades, que os inclui no grupo vulnerável ao contágio do coronavírus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ações apoiam Judiciário a enfrentar Covid-19 em prisões e no socioeducativo

Para evitar contaminação em massa do novo coronavírus no sistema prisional e socioeducativo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem apoiando o Judiciário a responder a novos desafios em um cenário historicamente marcado por superlotação e insalubridade, já reconhecido como 'estado de coisas inconstitucional' pelo Supremo Tribunal Federal. As ações são guiadas pela [Recomendação 62/2020](#), aprovada pelo plenário do CNJ em 17 de março e reconhecida pela comunidade internacional ao incentivar medidas práticas para proteger tanto os profissionais que atuam na área quanto as pessoas privadas de liberdade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

2. MATERIAL DE APOIO – COVID-19

Informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros, com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais.

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STF

Ministro Celso de Mello autoriza inquérito para apurar declarações do ex-ministro Sérgio Moro envolvendo o presidente da República

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a instauração de inquérito pedido pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, para apuração de fatos noticiados pelo ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro em pronunciamento ocorrido na última sexta-feira (24), quando anunciou sua saída do governo e fez acusações ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo Aras, os supostos atos apontados por Moro revelariam a prática, em tese, de ilícitos como falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, prevaricação, obstrução de Justiça e corrupção passiva. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão na íntegra [aqui](#).

Decano determina abertura de inquérito para investigar suposto ato de racismo de Weintraub

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a instauração de inquérito contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por suposta prática de racismo contra os chineses em uma publicação no Twitter. A decisão se deu nos autos do Inquérito (INQ) 4827, requerido pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão na íntegra [aqui](#).

Decisão colegiada que confirma sentença condenatória interrompe prescrição

O Código Penal não faz distinção entre acórdão condenatório inicial ou confirmatório da decisão para estabelecer a interrupção da prescrição. Por isso, o acórdão que confirma sentença condenatória interrompe o prazo prescricional, nos termos do artigo 117, inciso IV, do Código Penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Juiz interrogar testemunha antes dos advogados não gera nulidade, decide STF

Em audiência de instrução e julgamento, o fato de o juiz interrogar as testemunhas antes de os advogados o fazerem não caracteriza teratologia — a não ser que se demonstre o prejuízo dessa inversão. Esse foi o entendimento da maioria da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal em julgamento nesta terça-feira (28/4). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Fachin reverte decisão que citou astronautas e príncipes para negar domiciliar

Negar cautelar diversa da prisão com base em considerações pessoais e sem que haja fundamentação idônea não satisfaz a necessidade de motivação das decisões judiciais, bem como afronta precedentes vinculantes da Suprema Corte. Com base nesse entendimento, o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, determinou que mulher detida em prisão superlotada seja colocada em regime domiciliar. A decisão, de ofício, foi proferida na última sexta-feira (8/5). Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Defensoria do Rio vai ao STF por volta das audiências de custódia

Ao basear-se em recomendação do Conselho Nacional de Justiça para suspender as audiências de custódia durante o período da pandemia, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro perde o controle sobre a repressão policial, dá brecha ao desrespeito aos direitos humanos e ignora decisão do Supremo Tribunal Federal, em medida cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a peça [aqui](#).

Audiência de justificação com presença do MP e defensor afasta necessidade de prévio PAD, entende Barroso

O STF está decidindo, por meio de sessão virtual, se a oitiva de condenado em audiência perante o juízo da execução penal, realizada na presença do Ministério Público e do defensor, dispensa a realização prévia de PAD - procedimento administrativo disciplinar. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ

Emprego de arma branca no roubo pode ser circunstância desabonadora na primeira fase da dosimetria

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o emprego de arma branca no crime de roubo pode servir como circunstância judicial desabonadora no cálculo da primeira fase da dosimetria da pena, em virtude da revogação do artigo 157, **parágrafo 2º**, I, do Código Penal (CP) pela Lei 13.654/2018. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Jurisprudência em Teses traz quarta parte sobre falta grave em execução penal

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou a edição 146 de Jurisprudência em Teses. O tema é Falta grave em execução penal IV. Duas novas teses foram destacadas. A primeira define que é necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Reincidência não reconhecida na sentença condenatória pode ser proclamada pelo juiz da execução

Em julgamento de embargos de divergência, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou entendimento de que a reincidência – independentemente de ter sido reconhecida na sentença condenatória – deve ser considerada no momento da execução da pena, por ser parte integrante da análise das condições pessoais do condenado e, portanto, do ato de individualização da pena. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Audiência de custódia deve ser realizada no local onde ocorreu a prisão

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que compete ao juízo do local onde foi cumprido o mandado de prisão preventiva realizar a audiência de custódia. Com a fixação desse entendimento, a corte dirimiu dúvida sobre qual seria o juízo competente para a audiência de custódia quando a prisão ocorresse em local diverso daquele onde o mandado foi expedido. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Para Terceira Turma, direito ao esquecimento não pode impedir publicações sobre crime de repercussão

Não é possível aplicar a teoria do direito ao esquecimento para impedir a publicação futura de reportagens sobre um crime ou sobre as pessoas condenadas por ele, pois isso configuraria censura prévia – mais ainda em caso que teve ampla repercussão na sociedade. Leia a notícia completa com as teses clicando [aqui](#).

Aumento de pena em homicídio culposo também se aplica a motorista que invade calçada e atropela pedestres

Nos crimes de homicídio culposo praticados na condução de veículo, o aumento de pena previsto no artigo 302, parágrafo 1º, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) também se aplica ao motorista que, embora dirigindo na pista destinada aos carros, acaba por invadir a calçada e atingir pedestres de forma fatal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Gravidade do dano em crime tributário depende da qualificação do crédito pela Fazenda

Nas hipóteses de crimes tributários contra municípios ou estados, a configuração de grave dano à coletividade – prevista no artigo 12, inciso I, da Lei 8.137/1990 – depende da classificação do crédito, pela Fazenda Pública local, como prioritário, ou, ainda, que o crédito seja destacado como de grande devedor. Essa aferição deve levar em conta o valor total devido, incluídos os acréscimos legais. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Posse de drogas para consumo próprio não obriga revogação da suspensão condicional do processo

A instauração de ação penal por posse de droga para consumo próprio – crime descrito no artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) –, no curso do período de prova, é causa de revogação facultativa da suspensão condicional do processo. Com esse entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que concluiu que, em tal situação, a suspensão do processo deveria ser revogada obrigatoriamente. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

4. ATUAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MT

TAC garante destinação imediata R\$ 20 mi para o sistema penitenciário

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado nesta quarta-feira (13) entre Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo estadual e Tribunal de Justiça garante o repasse imediato de R\$ 20 milhões oriundos de acordos de leniência para investimento e construção de vagas no sistema penitenciário. Outros recursos, resultantes do combate à corrupção, também deverão ser destinados nos próximos anos para esta finalidade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Gaeco/MT cumpre mandado de busca e apreensão em Cuiabá

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) de Mato Grosso participa neste sábado (09) da “Operação O2 (oxigênio)” desencadeada por uma força-tarefa composta pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Polícia Civil. Segundo a coordenação do Gaeco/MT, um mandado de busca e apreensão está sendo cumprido nesta manhã em Cuiabá. Não foram divulgadas informações sobre o alvo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Gaeco e PM apreendem 50 Kg de maconha dentro de tanque de combustível

A unidade do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) da Região Sul do estado e a Polícia Militar apreenderam nessa quarta-feira (06), no município de Poxoréo, 50 Kg de maconha que estavam sendo transportados dentro de um tanque de combustível de uma caminhonete. Duas pessoas foram presas em flagrante. A ação também contou com o apoio da Polícia Federal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Gaeco desarticula esquema em Centro de Ressocialização de Sorriso

A “Operação Cárcere”, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) nesta quarta-feira (29), no município de Sorriso, resultou no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão e na prisão preventiva de quatro pessoas. Outros três policiais penais, que atuam no Centro de Ressocialização do município, também foram afastados do cargo por tempo indeterminado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Organizadores de festas clandestinas serão alvos de inquérito policial

A 1ª Promotoria de Justiça de Cível de Chapada dos Guimarães requereu à Polícia Civil a instauração de inquérito policial para apurar quem são os organizadores da festa “MegaFunk Sabadeira”, prevista para acontecer neste sábado (02), no município. O MPMT pretende também identificar os responsáveis pelas atrações “Parati do Miguel, Golf Bate Forte do Ricardo e Gol do GE”, citadas nos posts que estão circulando nas redes sociais. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

5. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPBA

Coronavírus – Comitê interinstitucional debate medidas para prevenir entrada do coronavírus no sistema prisional

Demandas do sistema prisional baiano frente ao atual cenário de pandemia do coronavírus foram debatidas na tarde desta quinta-feira, dia 30, em reunião do Comitê Interinstitucional para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19. O encontro foi realizado por meio de videoconferência e teve a participação de membros do Ministério Público estadual com atuação criminal em Feira de Santana, que destacaram a preocupação com o fluxo dos presos custodiados em delegacias para o Conjunto Penal local, notadamente daqueles com suspeita de contaminação pelo coronavírus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMS

Recurso de mais de R\$ 6 mil é liberado no combate à COVID-19 em penitenciária de Dourados

Visando atender as demandas dos hospitais e órgãos de segurança pública de Dourados e região no combate ao novo coronavírus (COVID-19), o Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) manifestou-se favorável à liberação do valor de R\$ 6.205,54 para a execução de projeto da Penitenciária Estadual de Dourados (PED) em que se utilizará a mão de obra carcerária para a confecção de 17 mil máscaras em 30 dias, auxiliando no atendimento da demanda dos hospitais e da segurança pública na região de Dourados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAL

3ª Promotoria de União dos Palmares pede abertura de inquérito contra PM reformado que agrediu cidadão e saiu às ruas sem máscara

O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) instaurou uma notícia de fato (um tipo de procedimento preparatório) para apurar a conduta de um policial militar reformado, na manhã desta quinta-feira (7), em União dos Palmares, que foi às ruas sem máscaras – , o que já configura crime – e, por meio de um vídeo, gravou mensagens com palavras que contrariam as medidas adotadas pelos decretos governamentais de enfrentamento à pandemia da Covid-19. A 3ª Promotoria de Justiça do município já pediu instauração de inquérito à Polícia Civil. Além disso, o MPAL e a delegacia da cidade aguardam que a vítima agredida por esse militar oficialize a denúncia para que o PM também possa ser responsabilizado por lesão corporal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPDFT

MPDFT alerta para riscos de soltura de presos durante a pandemia do coronavírus

Para subsidiar a atuação dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) nas promotorias criminais, o Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri), publicou nota técnica (Nº 001/2020) nesta terça - feira, 28 de abril, com orientações, critérios e informações sobre ações de contingência que precisam ser avaliadas antes da soltura de presos durante a pandemia do coronavírus (Covid – 19). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRJ

MPRJ instaura procedimento para fiscalizar ações de prevenção e tratamento da Covid-19 nas unidades prisionais de Niterói e São Gonçalo

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Região Metropolitana, instaurou, no dia 22 de abril, procedimento administrativo para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, especificamente das medidas em atenção à declaração de emergência pública em saúde, no que se refere à contaminação pelo novo coronavírus, nas unidades prisionais nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPTO

Ministério Público e Poder Judiciário efetuam compra de máscaras e testes para Covid-19 utilizando recursos obtidos na área penal

Recursos obtidos por meio de prestações pecuniárias, transações penais e suspensão condicional dos processos nas ações criminais, propostas pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO) e homologadas pelo Poder Judiciário, arrecadaram aproximadamente R\$ 2.200 milhões. O valor foi encaminhado para uma conta do Poder Judiciário e beneficiará o Fundo Estadual de Saúde com a aquisição direta de insumos hospitalares e medicamentos para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP

Promotoria denuncia, e mulher que provocou morte da filha em Itapira vira ré no processo

O Judiciário da Itapira recebeu denúncia oferecida pelo Ministério Público contra Jennifer Natália Pedro, decretando a prisão preventiva da ré. Jennifer irá responder pela morte da própria filha, Isis Helena Rosa Schotem, que tinha 1 ano e dez meses de idade. A denúncia é por homicídio qualificado com uso de recurso que impediu a defesa da vítima, além da majorante de se tratar de vítima menor de 14 anos de idade, e ainda por ocultação de cadáver e comunicação falsa de crime, em razão de, mediante omissão e com dolo eventual, ter causado a morte da criança. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMA

BALSAS - Acordo de não-persecução penal garante reforma de unidade da PM

Como resultado de um acordo de não-persecução penal celebrado entre o Ministério Público do Maranhão e um investigado, em fevereiro, foi iniciada nesta segunda-feira, 27, a reforma da base do Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Militar em Balsas. A obra foi possível graças à doação do material de construção empregado no serviço por um investigado que cometeu crime de pequeno potencial ofensivo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR

Justiça condena em Guarapuava dois vereadores e mais quatro réus denunciados pelo MPPR por favorecimento de usuários na fila do SUS

Dois vereadores de Guarapuava, no Centro-Sul do estado, três de seus assessores e a ex-diretora do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Guarapuava, Pinhão e Turvo (Cisgap) foram condenados criminalmente pela inserção de dados falsos no sistema de informática que gerenciava as filas de espera de consultas médicas do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de favorecer determinados usuários. A sentença atende denúncia do Ministério Público do Paraná decorrente da Operação Fantasma II, investigação conduzida pelo MPPR por meio do núcleo de Guarapuava do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO

A pedido do MP, Justiça nega prisão domiciliar a acusado de matar advogado em Aruanã

Acolhendo pedido feito pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO), por meio da Promotoria de Justiça de Aruanã, o juiz Yvan Santana Ferreira, da comarca de Aruanã, indeferiu pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Goiás (OAB-GO) em favor de Adelúcio Lima Melo, para a conversão de sua prisão preventiva em prisão domiciliar ou, subsidiariamente, seu encaminhamento para a Academia de Polícia Militar de Goiás. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSC

MPSC requisita inquérito policial para apurar recusa de cidadãos em cumprir medidas de combate à covid-19

A partir da informação da Vigilância Sanitária do município de Florianópolis de que havia autuado três cidadãos com suspeita ou confirmação de covid-19 por descumprirem o isolamento domiciliar e por terem se negado a fazer exames, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) requisitou na tarde desta segunda-feira (27/4) a instauração de inquérito policial para apurar os crimes previstos nos artigos 268 e 330 do Código Penal. A troca de ofícios entre o MPSC e a Prefeitura começou no dia 22 de abril, quando a 33ª Promotoria de Justiça da Capital, ao tomar conhecimento de que alguns cidadãos chamados para realizar testes rápidos não responderam após múltiplos contatos ou se recusaram a fazer o procedimento, solicitou esclarecimentos ao Secretário Municipal de Saúde. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPF

MPF não pode exigir pagamento de tributo para acordo de não persecução penal

Com a entrada em vigor da lei "anticrime" (Lei 13.964/2019), o Ministério Público deve dar a oportunidade ao acusado de admitir a prática do delito e firmar acordo de não persecução penal. E, em caso de crime tributário, a reparação do dano não é obrigatória para a celebração do termo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

6. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Quinta Vara Criminal de Rondonópolis realiza julgamentos por videoconferência

A comarca de Rondonópolis deu início às audiências de instrução e julgamento de processos criminais, por meio de videoconferência. O juiz João Filho de Almeida Portela, da Quinta Vara Criminal da Comarca, realizou 10 audiências, sendo seis na terça-feira (05) e outras quatro na quinta-feira (07). A previsão é que sejam realizadas outras 20 audiências virtuais até o final do mês. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Segunda Câmara Criminal realiza nesta semana julgamento em plenário virtual

O desembargador Rui Ramos Ribeiro, presidente da Segunda Câmara Criminal, institui e regulamenta, com base na Portaria 298/2020, da Presidência do Tribunal de Justiça, o plenário virtual destinado ao julgamento dos recursos e incidentes processuais previstos no art. 22 do Regimento Interno do JMT. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Primeira Câmara Criminal estabelece e regulamenta Plenário Virtual

O presidente da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Orlando de Almeida Perri regulamentou a realização do Plenário Virtual (sessão virtual) no órgão julgador que preside, em observância à Portaria nº 298/2020, do presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Judiciário realiza treinamento do módulo criminal do PJe para advogados

A instalação do módulo criminal do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos juizados especiais e em varas das Comarcas de Alta Floresta, Diamantino e Cáceres, na segunda-feira (04 de maio), vai agilizar e facilitar o trabalho dos operadores do Direito. E para que esse serviço virtual, como o peticionamento de ações nos juízos, seja feito com qualidade, o Poder Judiciário oferece treinamento online para o público externo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP

Desembargador nega domiciliar a todos os idosos de São Paulo

A [Recomendação 62/2020](#), editada pelo Conselho Nacional de Justiça, não garantiu, ainda que abstratamente, direito líquido e certo para concessão imediata de prisão domiciliar ou revogação das prisões de todos os custodiados idosos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão na íntegra [aqui](#).

Juiz revoga decisão que concedeu prisão domiciliar de chefe do PCC

O juiz Adjair de Andrade Cintra, do Deecrim (Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal), revogou a concessão de prisão domiciliar para Leonardo Vinci Alves de Lima, conhecido como Batatinha. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRS

Apenas palavra de policial não embasa condenação, decide JEC gaúcho

A palavra solitária do policial pode ser considerada suficiente para a formação de culpa do acusado se amparada por outros indicativos de prova na mesma direção. Entretanto, se a prova do ato ilícito se resume a este relato isolado, quando se sabe que outras pessoas estavam no local da infração e não foram ouvidas no processo, a dúvida favorece o réu. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) a sentença na íntegra [aqui](#) e o acórdão [aqui](#).

TJMS

Juiz absolve homem acusado de transportar 173 quilos de maconha no MS

O juiz Vinicius Aguiar Milani, da Comarca de Itaquiraí (MS), absolveu um homem acusado de supostamente ter ajudado a roubar aproximadamente 173 kg de maconha da delegacia de polícia da cidade Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRJ

Oitava Câmara Criminal realiza sessão por videoconferência com a participação de advogados

Em tempos de distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus, a tecnologia tem sido fundamental para manter a prestação jurisdicional adequada e a alta produtividade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Nesta terça-feira, (06/05), a Oitava Câmara Criminal realizou sua primeira sessão por videoconferência com a participação de advogados das partes interessadas. Na oportunidade, foram julgados 29 processos através da plataforma Cisco Webex Meeting. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Justiça condena 35 pessoas por tráfico de drogas em Nova Friburgo

O juiz Marcelo Alberto Chaves Villas, da 2ª Vara Criminal de Nova Friburgo, Região Serrana do Rio de Janeiro, condenou nesta terça-feira (28/4) 35 pessoas acusadas de serem lideranças do tráfico na comunidade do Alto de Olaria. O processo faz parte da chamada Operação Amálgama, coordenada pelo Ministério Público com apoio das polícias Civil e Militar, que investiga o tráfico de drogas na região. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSC

Caneladas e pontapés em partida no presídio resultam em punição grave para detento

Tudo não passaria de um desentendimento entre atletas que resultou em vias de fato, caso a partida em discussão não reunisse detentos e ocorresse nas dependências da Penitenciária de Chapecó. O charivari logo atraiu a atenção dos agentes. A desinteligência, como são tratadas situações desta natureza no jargão policial, teve consequências mais graves do que a expulsão ou suspensão dos jogadores envolvidos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAC

Câmara Criminal condena homem pelo crime de estelionato

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre deferiu provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público e condenou um homem à pena de três anos de reclusão, em regime inicialmente aberto, e pagamento de oitenta e seis dias multa, pela prática do crime de estelionato. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJGO

Primeira audiência criminal on-line do País é realizada por juiz goiano com base em provimento inédito da Corregedoria

Isolado, dentro do próprio gabinete no fórum de Jaraguá, interior de Goiás, o juiz Liciomar Fernandes da Silva, que está respondendo pela 2ª Vara Criminal da comarca, realizou a primeira audiência criminal virtual de instrução e julgamento do País na tarde desta quinta-feira (7), com um réu preso envolvido em tráfico de entorpecentes, utilizando o sistema de videoconferência Cisco Webex, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

7. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 668

DIREITO PENAL

Tema: Crime contra ordem tributária. Tributos estaduais ou municipais. Causa de aumento. Art. 12, I, da Lei n. 8.137/1990. Caracterização de grave dano à coletividade. Equivalência a créditos prioritários ou grandes devedores.

A majorante de grave dano à coletividade, tratando-se de tributos estaduais ou municipais, é objetivamente aferível pela admissão na Fazenda local de crédito prioritário ou destacado (como grande devedor).

Tema: Porte de arma branca. Contravenção penal. Art. 19 do Decreto-Lei n. 3.688/1941. Conduta típica.

O porte de arma branca é conduta que permanece típica na Lei das Contravenções Penais.

Tema: Roubo. Dosimetria. Arma Branca. *Novatio legis in melius*. Lei n. 13.654/2018. Aplicabilidade ao fato delituoso em análise. Instrumento de crime utilizado para a valoração da pena como circunstância judicial. Pena-base acima do mínimo legal. Possibilidade.

Nos caso em que se aplica a Lei n. 13.654/2018, é possível a valoração do emprego de arma branca, no crime de roubo, como circunstância judicial desabonadora.

Tema: Homicídio culposo na direção de veículo automotor. Perda do controle do carro. Atropelamento na calçada. Causa especial de aumento de pena. Art. 302, § 1º, II, da Lei n. 9.503/1997.

A causa de aumento prevista no art. 302, § 1º, II, do Código de Trânsito Brasileiro não exige que o agente esteja trafegando na calçada, sendo suficiente que o ilícito ocorra nesse local.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Tribunal do Júri. Pedido de desaforamento. Art. 427 do CPP. Divulgação dos fatos e opinião da mídia. Mera presunção de parcialidade dos jurados. Insuficiência.

A mera presunção de parcialidade dos jurados do Tribunal do Júri em razão da divulgação dos fatos e da opinião da mídia é insuficiente para o desaforamento do julgamento para outra comarca.

Tema: Suspensão condicional do processo. Prática da conduta descrita no art. 28 da Lei n. 11.343/2006. Analogia com a prática de contravenção penal. Causa facultativa de revogação do benefício. Aplicação do artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/1995. Proporcionalidade.

O processamento do réu pela prática da conduta descrita no art. 28 da Lei de Drogas no curso do período de prova deve ser considerado como causa de revogação facultativa da suspensão condicional do processo.

Tema: Internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação. Legalidade. Gravidade do ato infracional praticado. Condições adequadas de cumprimento da medida socioeducativa.

É legal a internação de adolescente gestante ou com o filho em amamentação, desde que assegurada atenção integral à sua saúde, bem como as condições necessárias para que permaneça com seu filho durante o período de amamentação.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

INFORMATIVO 669

DIREITO PENAL

Tema: Dosimetria da pena. Registros criminais anteriores nominados de conduta social. Atecnia. Correção. Maus antecedentes. Dado desabonador. Não afastamento. Exasperamento da pena.

Demonstrada mera falta de técnica na sentença, o habeas corpus pode ser deferido para nominar de forma correta os registros pretéritos da paciente, doravante chamados de maus antecedentes, e não de conduta social, sem afastar, todavia, o dado desabonador que, concretamente, existe nos autos e justifica diferenciada individualização da pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: *Habeas corpus*. Impetração simultânea ao recurso cabível. Exame do *writ*. Hipóteses restritas. Tutela direta da liberdade de locomoção ou pedido diverso do recurso próprio e que reflita mediatamente na liberdade.

O *habeas corpus*, quando impetrado de forma concomitante com o recurso cabível contra o ato impugnado, será admissível apenas se for destinado à tutela direta da liberdade de locomoção ou se traduzir pedido diverso do objeto do recurso próprio e que reflita mediatamente na liberdade do paciente

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

8. CNJ E CNMP

CNMP

Prorrogado até 5 de junho prazo para envio de artigos à revista que aborda o sistema prisional brasileiro

Foi prorrogado até o dia 5 de junho o prazo para que membros e servidores do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) enviem artigos para a Revista “A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro - 2020”, publicada a cada dois anos pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP). A prorrogação foi tornada pública nesta sexta-feira, 8 de maio, por meio de **edital publicado no Diário Eletrônico do CNMP**. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Comissão disponibiliza novos dados sobre delegacias de polícia civil no Brasil

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) divulgou nessa quarta-feira, 6 de maio, novos dados sobre as delegacias de polícia civil em todo o país. As informações se referem ao primeiro semestre de 2019 e foram informadas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pelas unidades do Ministério Público brasileiro, em cumprimento à Resolução nº 20/2007. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNMP decide que o MP pode requisitar a instauração de inquérito policial com base em procedimento investigatório criminal

Membros do Ministério Público podem encaminhar, à autoridade policial, procedimento investigatório criminal (PIC) formalmente instaurado e registrado em uma unidade ministerial, promovendo seu arquivamento e requisitando a instauração de inquérito policial com base na documentação formalizada no procedimento. Com esse entendimento, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) julgou improcedentes, por unanimidade, nessa terça-feira, 5 de maio, durante a 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020, dois pedidos de providência que tratavam do assunto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ

CNJ atua por verbas para monitoração e alternativas penais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está oferecendo auxílio técnico, com atuação junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a governos estaduais, para a suplementação de convênios federais para políticas de monitoração eletrônica e de alternativas penais durante a pandemia da Covid-19. O fortalecimento dessas medidas tem impacto direto para evitar a contaminação em massa no sistema prisional. Com esse propósito, o CNJ elaborou nota para auxiliar os pedidos das unidades da federação junto ao governo federal, além de articular a prorrogação do prazo para solicitação da suplementação. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Alternativas penais e egressos são temas de novas publicações

Para apoiar a difusão de conhecimento técnico voltado aos desafios no campo penal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está publicando novas versões diagramadas do Manual de Gestão de Alternativas Penais e da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas. Os documentos são resultado de consultorias promovidas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A publicação desse material pelo CNJ é decorrência das ações do programa Justiça Presente, que desde 2019 reúne as três instituições para enfrentar problemas estruturais no sistema prisional e no sistema socioeducativo do país. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Manual de Gestão de Alternativas Penais](#) e [Manual Políticas Pessoas Egressas](#)

9. ARTIGOS

A possibilidade de divulgação das imagens de presos ou de pessoas investigadas pelos órgãos de segurança pública

1. INTRODUÇÃO

No dia 03 de janeiro de 2020 entrou em vigor a Lei nº. 13.869/19, lei esta que veio definir os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autores: Joaquim Leitão e Marcel Gomes de Oliveira

Lei 13.993/20 e o contrabando excepcional de produtos médico-hospitalares

O trânsito de mercadorias pelas fronteiras do país pode sofrer determinadas limitações decorrentes de interesses tributários, industriais, de saúde pública etc. É comum que alguns produtos sejam simplesmente vetados (porque considerados nocivos, como, por exemplo, produtos que reproduzem a forma de cigarros ou similares e sejam destinados ao público infanto-juvenil – Lei 12.921/13) ou passem por procedimentos específicos de importação para garantir que sua entrada no território nacional não provoque nenhum mal (como na importação de cigarros, combustível e armas). Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha



BOLETIM **INFORMATIVO**

Boletim Informativo CAOCRIM – Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Auxiliar Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal